



TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

PROCESSO Nº 1110/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS, ABRANGENDO OS SEGUINTE SERVIÇOS: LAVAGEM EXTERNA, LAVAGEM INTERNA, ASPIRAÇÃO, POLIMENTO, ENCERAMENTO E OUTROS SERVIÇOS, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AVELINÓPOLIS/GO. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	190	SV	Lavagem Simples/Rápida - Veículo de até 07 lugares: Procedida na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, incluindo as entre portas, para choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem de toda a área lavada.	R\$ 65,67	R\$ 12.477,30
2	145	SV	Lavagem Completa/Geral - Veículo de até 07 lugares: Limpeza interna, externa, inferior, secagem, acabamento, secagem aspiração geral e polimento. Incluindo motor, para-lamas, chassi, embuchamentos e lavagem a seco(piso, carpete, banco, forro lateral, forro teto).	R\$ 76,67	R\$ 11.117,15
3	72	SV	Lavagem Completa/Geral - Veículo Moto: Limpeza minuciosa e detalhada, visando a remoção de sujeiras e impurezas tanto do exterior quanto das partes mais internas. O processo envolve a lavagem da carenagem, motor, rodas, pneus, e componentes do sistema de suspensão. Além disso, inclui a limpeza e polimento das partes cromadas e de alumínio, a desinfecção das áreas de difícil acesso e a secagem cuidadosa para evitar o acúmulo de água em locais sensíveis, como a parte elétrica.	R\$ 27,00	R\$ 1.994,00
4	80	SV	Lavagem Simples/Rápida - Vans e Utilitários: Procedida na parte interna e externa do veículo, retirando toda a sujeira observada na pintura, incluindo as entre portas, para choques, pneus, aros, telas, faróis, atingindo todos os pontos desejados. Secagem de toda a área lavada.	R\$ 114,33	R\$ 9.146,40
5	48	SV	Lavagem Completa/Geral - Vans e Utilitários: Limpeza interna, externa, inferior, secagem, acabamento, secagem aspiração geral e polimento. Incluindo motor, para-lamas, chassi, embuchamentos e lavagem a seco(piso, carpete, banco, forro lateral, forro teto).	R\$ 166,67	R\$ 8.000,16
6	65	SV	Lavagem Completa/Geral - Ambulância: Limpeza interna, externa, inferior, secagem, acabamento,	R\$ 107,63	R\$ 6.995,95



			secagem aspiração geral e polimento. Incluindo motor, para-lamas, chassi, embuchamentos e lavagem a seco (piso, carpete, banco, forro lateral, forro teto).		
VALOR TOTAL					R\$ 49.680,96

1.2 Planilha de custo referente ao detalhamento de custo

LEVANTAMENTO DE MERCADO	CNPJ
FABRICIO F. COSTA LTDA	CNPJ 53.177.225/0001-84

1.3 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade e complexidade:

O serviço objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**.

1.4 Prazo de vigência

O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A contratação ampara-se no inciso II do artigo 75, da Lei 14.133/2021.

“Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 12.807, de 2025) - R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)”

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objetivo atender à demanda contínua do Fundo Municipal de Saúde do Município de Avelinópolis/GO quanto à prestação de serviços de lavagem e higienização de sua frota de veículos, os quais são utilizados diariamente na execução de atividades essenciais à prestação dos serviços públicos de saúde. A frota municipal vinculada à saúde desempenha papel fundamental no transporte de pacientes, inclusive em situações de urgência e emergência, no deslocamento de equipes multiprofissionais e no apoio logístico às ações de saúde pública. Nesse contexto, a adequada higienização dos veículos, especialmente ambulâncias e veículos de transporte de pacientes, não se limita a aspecto estético, mas configura medida indispensável de caráter sanitário, voltada à prevenção de riscos à saúde, controle de infecções e garantia de condições seguras de uso.

A ausência ou insuficiência de higienização periódica pode ocasionar a proliferação de microrganismos, comprometendo a segurança dos usuários e profissionais, além de afetar diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. Ademais, a limpeza adequada contribui para a conservação dos veículos, reduzindo desgastes prematuros, prevenindo danos aos componentes e promovendo maior durabilidade do patrimônio público, em consonância com o princípio da economicidade.

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase de planejamento da contratação deve evidenciar a necessidade da contratação sob a perspectiva do interesse público, demonstrando sua adequação e imprescindibilidade. No presente caso, resta evidenciado que a contratação dos serviços de lavagem e higienização é essencial para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços públicos de saúde, atendendo diretamente às necessidades da Administração.

Destaca-se, ainda, que o Município não dispõe de estrutura física adequada, equipamentos específicos (como lavadores de alta pressão, produtos apropriados e espaço apropriado para higienização) para a execução direta dos serviços, o que inviabiliza a realização por meios próprios, tornando necessária a contratação de empresa especializada.

A contratação pretendida também observa os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público, da supremacia do interesse público e da segurança sanitária, garantindo que os serviços sejam prestados de forma adequada, contínua e com qualidade.



Por fim, considerando que se trata de demanda recorrente, essencial e diretamente vinculada à prestação de serviços públicos de saúde, a contratação mostra-se necessária, adequada e proporcional, sendo medida indispensável para o pleno funcionamento das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Avelinópolis/GO.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem e higienização de veículos automotores pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de Avelinópolis/GO, com o objetivo de assegurar a adequada limpeza, conservação e manutenção das condições de uso dos bens públicos empregados na execução dos serviços de saúde.

Os serviços compreenderão a lavagem simples e completa, interna e externa, conforme a necessidade de cada veículo, incluindo a remoção de poeira, lama, resíduos e demais sujidades, limpeza de vidros, painéis, estofados, tapetes e superfícies em geral, além de procedimentos mais detalhados como aspiração, polimento, enceramento e higienização de áreas de difícil acesso, especialmente em veículos utilizados no transporte de pacientes, como ambulâncias.

A solução contempla todo o ciclo de vida do serviço, desde a solicitação pela Administração, execução dos serviços de lavagem e higienização, até a entrega final dos veículos em condições adequadas de uso, observando padrões de qualidade, segurança e eficiência. A adequada higienização contribui diretamente para a preservação do estado de conservação dos veículos, prolongando sua vida útil e reduzindo a necessidade de manutenções corretivas, em consonância com o princípio da economicidade.

A empresa contratada deverá dispor de estrutura física adequada, equipamentos específicos, insumos apropriados e mão de obra qualificada para a execução dos serviços, garantindo a observância de normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

Como parte da solução adotada, caberá à empresa contratada a responsabilidade pela retirada e devolução dos veículos nos locais indicados pela Secretaria de Saúde, quando necessário, assegurando maior eficiência operacional e evitando o deslocamento de servidores públicos para a realização dessas atividades, o que contribui para a otimização dos recursos humanos disponíveis.

A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme a demanda do Fundo Municipal de Saúde, mediante solicitação prévia, ao longo da vigência contratual, permitindo maior controle, planejamento e adequação às necessidades reais da Administração.

A contratada será integralmente responsável pela guarda e integridade dos veículos durante todo o período em que estiverem sob sua responsabilidade, inclusive no deslocamento, devendo responder por quaisquer danos causados aos bens públicos em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da obrigação de ressarcimento.

A presente solução encontra-se alinhada ao disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de planejamento da contratação, à busca da proposta mais vantajosa e à observância dos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, mostrando-se adequada, suficiente e viável para o atendimento da demanda identificada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para a execução do objeto da presente contratação, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Possuir atividade econômica compatível com o objeto da contratação, devidamente registrada nos órgãos competentes;
- b) Dispor de estrutura física adequada, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços de lavagem e higienização de veículos, máquinas e equipamentos;
- c) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento de mão de obra, produtos de limpeza, equipamentos e demais insumos necessários à execução dos serviços;
- d) Realizar os serviços com observância das normas de segurança, higiene e proteção ambiental aplicáveis à atividade;
- e) Responsabilizar-se pela retirada dos veículos e equipamentos nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como pela devolução dos mesmos após a execução dos serviços;
- f) Zelar pela integridade dos veículos e equipamentos durante todo o período em que estiverem sob sua guarda, inclusive no deslocamento até o local de execução dos serviços, responsabilizando-se por eventuais danos causados;



g) Executar os serviços conforme a demanda do Fundo Municipal de Saúde, mediante solicitação prévia da Secretaria Municipal de Saúde;

h) Manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

5.2. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3. Garantia da contratação

Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de execução

O início da execução do objeto dar-se-á após a assinatura do termo de contrato, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante solicitação prévia para realização da lavagem e higienização dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde.

A empresa contratada ficará responsável pela retirada dos veículos nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, realizando o transporte até o estabelecimento onde será executado o serviço de lavagem, bem como pela posterior devolução ao local de origem após a conclusão dos serviços.

6.2. Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados no Município de Avelinópolis/GO, nas instalações da empresa contratada, devendo esta possuir estrutura adequada para a execução das lavagens.

A retirada e devolução dos veículos ocorrerá nos locais indicados pela Administração, em dias e horários previamente acordados entre as partes, de acordo com a necessidade do serviço público.

6.3. Garantia da execução do objeto

A contratada deverá assegurar que os serviços de lavagem e higienização sejam realizados com qualidade e eficiência, utilizando produtos, equipamentos e técnicas adequadas para cada tipo de veículo ou equipamento.

Durante todo o período em que os veículos estiverem sob sua responsabilidade, inclusive no deslocamento para realização dos serviços, a empresa contratada deverá zelar pela integridade dos bens públicos, responsabilizando-se por eventuais danos causados, devendo promover o devido reparo ou ressarcimento ao Fundo Municipal de Saúde, caso necessário.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por iniciativa da Administração ou por motivo devidamente justificado, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, devendo tais circunstâncias ser registradas mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade contratante e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de meio eletrônico.

7.4. O órgão ou entidade contratante poderá convocar o preposto da empresa contratada sempre que necessário para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, destinada ao alinhamento das condições de execução do objeto, das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização e das rotinas de prestação dos serviços.

PREPOSTO

7.6. A contratada designará formalmente preposto antes do início da execução do objeto, indicando os respectivos poderes e deveres relacionados à execução contratual.

7.7. Não será exigida a permanência de preposto da empresa no local da execução dos serviços durante todo o período contratual, considerando a natureza do objeto.

7.8. O contratante poderá recusar, desde que de forma justificada, a indicação ou a manutenção do preposto, hipótese em que a contratada deverá designar outro para o exercício da função.



ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

7.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pela Administração, a quem competirá verificar o fiel cumprimento das condições contratuais, especialmente quanto à qualidade dos serviços prestados e ao atendimento das solicitações realizadas.

FISCALIZAÇÃO

7.10. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. Compete ao fiscal do contrato verificar o cumprimento das obrigações contratuais, atestar a prestação dos serviços e comunicar eventuais irregularidades para as providências cabíveis.

7.12. Constatada qualquer irregularidade na execução dos serviços, o fiscal notificará a contratada para que proceda às devidas correções, no prazo estabelecido pela Administração.

7.13. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

GESTOR DO CONTRATO

7.14. Compete ao gestor do contrato coordenar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, promovendo os registros formais das ocorrências verificadas e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações estabelecidas.

7.15. Caberá ainda ao gestor do contrato acompanhar os registros efetuados pelos fiscais, adotar providências administrativas quando necessário, bem como encaminhar a documentação pertinente ao setor competente para fins de liquidação e pagamento da despesa.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento e medição dos serviços

8.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria de Saúde, que realizará a medição dos serviços com base nas lavagens efetivamente executadas, conforme Ordens de Serviço emitidas.

8.2. A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço, na qual constará o tipo de lavagem a ser realizada, conforme a necessidade da Administração.

8.3. Após a execução de cada serviço, o fiscal do contrato procederá à conferência quanto à realização e à conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

8.4. O recebimento dos serviços ocorrerá mediante atesto do fiscal do contrato, após verificação da adequada execução.

8.5. O pagamento será realizado com base nos serviços efetivamente executados e atestados, conforme valores contratados.

8.6. O recebimento não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos serviços prestados e à integridade dos veículos.

Liquidação e pagamento

8.7. A contratada deverá apresentar nota fiscal correspondente aos serviços executados, acompanhada das respectivas Ordens de Serviço.

8.8. A nota fiscal será recebida pelo setor responsável, sendo posteriormente encaminhada ao fiscal do contrato para conferência e atesto.

8.9. Após o atesto da nota fiscal, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias.

8.10. Havendo erro na nota fiscal ou necessidade de regularização, o prazo para pagamento será suspenso até a devida correção, sem ônus para a Administração.

8.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela contratada.

8.12. Quando do pagamento, serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.13. O contratado optante pelo Simples Nacional deverá comprovar sua condição para fins de aplicação do tratamento tributário diferenciado, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE

CUIDANDO DO PRESENTE CONSTRUINDO O FUTURO

AVELINÓPOLIS - GO



GOVERNO MUNICIPAL DE
AVELINÓPOLIS

ADM 2025/2028

CUIDANDO DO PRESENTE CONSTRUINDO O FUTURO

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 9.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 9.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 9.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, observadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021:
- 9.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º;
 - 9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º;
 - 9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como nos subitens 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º.
- 9.3. Além das sanções previstas nos itens anteriores, poderá ser aplicada multa moratória de 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
- 9.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 9.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observado o princípio da proporcionalidade.
- 9.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.10. Para garantia do contraditório e da ampla defesa, as notificações serão encaminhadas eletronicamente aos endereços de e-mail informados na proposta comercial.
- 9.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 9.12. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 9.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, estendendo-se os efeitos das sanções aos administradores e sócios com poderes de



administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, observados o contraditório, a ampla defesa e a análise jurídica prévia.

9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

9.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, decorrentes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Reajuste

9.18. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura do contrato.

9.19. Decorrido o interregno mínimo de 01 (um) ano, o reajuste dos preços poderá ser concedido, mediante solicitação formal do Contratado, com aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – IBGE**, exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, desde que aceito pela Administração.

9.20. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

9.21. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante efetuará o pagamento com base na última variação conhecida, procedendo-se à liquidação da diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.22. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para o reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) índice(s) definitivo(s).

9.23. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou, por qualquer motivo, não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, aquele(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então vigente.

9.24. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes poderão eleger novo índice oficial para reajustamento do valor remanescente do contrato, mediante termo aditivo.

9.25. O reajuste, quando devido, será formalizado por meio de apostilamento, nos termos da legislação vigente.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando que o valor estimado da contratação se enquadra no limite legal para dispensa de licitação.

A seleção do fornecedor observará o procedimento previsto no §3º do art. 75 da referida Lei, mediante o recebimento de propostas complementares, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, considerando o valor unitário dos serviços, desde que atendidas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e demonstrada a compatibilidade do preço ofertado com os valores praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Regime de Execução

O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário, considerando que a contratação refere-se à prestação de serviços de lavagem e higienização de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à frota do Fundo Municipal de Saúde, com pagamento por serviço efetivamente executado, conforme a demanda da Administração.

A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob solicitação prévia da Administração, mediante emissão de ordem de serviço para cada demanda, ocasião em que a empresa contratada realizará a retirada do veículo ou equipamento no local indicado, efetuará a lavagem e procederá à posterior devolução à Secretaria Municipal de Saúde.



SECRETARIA MUNICIPAL DE

SAÚDE

CUIDANDO DO PRESENTE CONSTRUINDO O FUTURO

AVELINÓPOLIS - GO



GOVERNO MUNICIPAL DE
AVELINÓPOLIS

ADM 2025/2028

CUIDANDO DO PRESENTE CONSTRUINDO O FUTURO

O pagamento será vinculado exclusivamente aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização competente, observados os valores unitários estabelecidos na proposta vencedora.

Tal regime permite maior controle da execução contratual, adequação da despesa às necessidades efetivas da Secretaria Municipal de Saúde, racionalização dos recursos públicos e observância dos princípios da eficiência e da economicidade, evitando pagamentos por estimativas globais que não correspondam à utilização real dos serviços.

10.3. Exigências de habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

10.4. Habilitação jurídica

10.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.4.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

10.4.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

10.4.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.4.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.11. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.4.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.11.2. Certidão negativa de débitos federais: prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

10.4.11.3. Certidão negativa de débitos estaduais: prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

10.4.11.4. Certidão negativa de débitos municipais: prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante e a do Município promotor da licitação;

10.4.11.5. Certidão de regularidade relativa ao FGTS: prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

10.4.11.6. Certidão negativa de débitos trabalhistas: prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;



10.4.11.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.11.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5. Qualificação Econômico-Financeira

10.5.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 49.680,96 (quarenta e nove mil seiscentos e oitenta reais e noventa e seis centavos)**, conforme custos unitários opostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

05.01.10.301.32.2.073.3.3.90.39.78 FICHA 400 FONTE 107 - VALOR MÉDIO: R\$ 42.685,01

05.01.10.302.34.2.058.3.3.90.39.78 FICHA 414 FONTE 102 - VALOR MÉDIO: R\$ 6.995,95

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Avelinópolis, 15 de abril de 2026

Ciência da Autoridade Responsável:

ANA LIVIA FERREIRA RODRIGUES CAPUCCI
SECRETÁRIA DE SAÚDE